

# O FIM DA CHANTAGEM

EDUARDO CUNHA DÁ INÍCIO  
AO PROCESSO DE IMPEACHMENT.  
E TEM MAIS A PERDER DO QUE A GANHAR

POR ANDRÉ BARROCAL e RODRIGO MARTINS

**T**ERMINA A ERA DAS AMEAÇAS VELADAS, começa o período da guerra campal. Ao anunciar a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não só lançou as suas últimas fichas sobre a mesa. De certa forma, empurrou a crise política ao seu extremo, ao conflito final. “A ela ou ele.” A curto prazo, o anúncio tende a piorar o ambiente econômico e social do País, mas há, no governo e fora dele, quem acredite que o confronto aberto talvez seja a melhor maneira, ou a mais rápida, de superar o impasse que angustia e paralisa a nação desde o início

do segundo mandato da petista. Ministro da Casa Civil, articulador político, Jaques Wagner resumiu essa ideia em uma coletiva de imprensa convocada para rebater as acusações do presidente da Câmara: “O que não se pode mais suportar é a chantagem constante contra o governo”.

Nas primeiras horas após o anúncio, Cunha parecia em desvantagem. Seu ato de beligerância e claramente amparado na vingança à decisão do PT de votar a favor da continuidade de um processo de cassação contra ele no Conselho de Ética da Câmara serviu para reaproximar do governo os movimentos sociais que andavam afastados por causa da política

econômica e deu força aos argumentos de quem enxerga a iniciativa como uma afronta à Constituição e uma mera tentativa de golpe. O PT ensaia uma reunificação interna, enquanto a CUT e o MST, entre outros, prometeram tomar as ruas contra qualquer iniciativa sem substância legal para apelar do poder a presidenta. Governadores do Nordeste criticaram a decisão do peemedebista, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O empresariado paga para ver, mantém-se a distância, mas Robson Braga, presidente da Confederação Nacional da Indústria, acha que, ao fim do processo, Dilma poderia até sair fortalecida.

O conflito estourou às 6h30 da tarde da quarta-feira 2, após uma tarde de reuniões do peemedebista com aliados. Acuado desde a hora do almoço pela decisão da bancada do PT de votar contra ele no Conselho de Ética, incapaz de explicar os milhões de dólares escondidos na Suíça, Cunha reagiu como de hábito, na linha “a melhor defesa é o ataque”. Depois de se equilibrar entre a oposição e o governo e se ver abandonado por ambos, resolveu considerar pertinente o pedido de *impeachment* contra a presidenta apresentado em outubro pelos advogados Hélio Bicudo, ex-petista, e Miguel Reale Jr., ligado ao PSDB. Segundo a dupla de causídicos, Dilma teria assinado neste ano decretos com despesas não autorizadas pelo Congresso, o que configuraria um crime de responsabilidade. O tema deverá ser examinado agora por uma

As ameaças veladas do peemedebista contra a petista deram lugar ao confronto aberto. Será o desfecho da crise política?

ILUSTRAÇÃO: MINIMORGAN. FOTOS: ANTONIO CRUZI/ABR, EVARISTO SA/AFIP



comissão especial composta de 66 deputados, a ser instalada na segunda-feira 7.

**A**o anunciar a decisão em uma entrevista na Câmara, Cunha mais uma vez exibiu sua reconhecida veia de ficcionista. Sem enrubescer, disse que o gesto não tinha nenhuma relação com a postura do PT. O veredito estaria pronto desde o sábado 28 e só não viera a público antes por causa da notícia de que o peemedebista teria recebido 45 milhões de reais do BTG Pactual, do encarcerado André Esteves, em troca da interferência em uma Medida Provisória de interesse do banco. Alguém acreditou? Mais lúcido que o colega Bicudo, Reale Jr., o outro autor da representação a favor do *impeachment*, declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* ter se tratado de “uma chantagem explícita” contra o PT e o Palácio do Planalto. O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello definiu como inimaginável a hipótese de vendeta: “Não pode atuar dessa forma”.

Dilma Rousseff estava em seu gabinete no Planalto quando soube da decisão do presidente da Câmara. Foi informada por Wagner, avisado com antecedência por aliados no Parlamento, antes de Cunha convocar os jornalistas. A



Cunha tem manobrado para adiar uma decisão desfavorável no Conselho de Ética. O tempo se esgota

presidenta reuniu então alguns de seus mais próximos conselheiros para delinear uma reação. Além de Wagner, participaram os ministros Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) e José Eduardo Cardozo (Justiça) e o ex-chefe de gabinete Giles Azevedo. Ficou definido que o governo lutaria no Congresso e no STF com todas as armas disponíveis. E que ela faria um pronunciamento imediatamente.

Os jornalistas estavam a postos no segundo andar do Planalto, quando Dilma apareceu, por volta das 8h30 da noite. A

seu lado, 12 dos 31 ministros. Uns haviam se oferecido para acompanhá-la, outros foram convocados. Um time calculadamente pluripartidário, com representantes do PMDB, PSD, PP e PT, reunidos para transmitir a imagem de uma presidenta ainda com respaldo político. Parte da equipe estava sorridente, na tentativa de demonstrar calma. Outra, visivelmente desconfortável. Uma ausência notada foi a do vice-presidente Michel Temer. Horas antes, ele almoçara com líderes da oposição para conversar a respeito do *impeachment*.

ANDRÉ DUKE/ESTADÃO CONTEÚDO E LULA MARQUES/AGÊNCIA PT

## O RITO PROCESSUAL

*As etapas do debate do impeachment*



O presidente da Câmara decide acolher uma das denúncias por crime de responsabilidade da presidenta da República

1



Após a decisão do presidente da Câmara, é instalada uma **COMISSÃO ESPECIAL** para analisar o pedido, com deputados de todos os partidos, em número proporcional ao tamanho da bancada de cada legenda

2

Instalada a comissão, a presidenta da República terá, depois de notificada, prazo de **10 SESSÕES** para se manifestar



3

Após a manifestação da defesa, a comissão terá o prazo de **5 SESSÕES** para votar o relatório final, com parecer a favor ou contra a abertura do processo



4



Depois de **48 HORAS** da publicação, o parecer é incluído na ordem do dia seguinte do plenário



Rui Falcão impediu a completa humilhação, a derrocada final do PT...



... e tirou das costas dos três deputados do partido o fardo de enterrar a dignidade para salvar o pescoço do peemedebista

## REPORTAGEM DE CAPA

Temer só viria a se reunir a sós com Dilma na manhã seguinte. O vice, tudo indica, prefere no momento manter a postura de esfinge, embora tenha prometido auxiliar na estratégia de defesa do Palácio.

No pronunciamento, Dilma mostrou-se firme. Leu um texto redigido a várias mãos. Expressou “indignação” com o pedido “inconsistente e improcedente”. Afirmou que a democracia não pode ser abalada por “interesses indefensáveis”. E atacou, sem citá-lo nominalmente, o presidente da Câmara. “Não possuo

conta no exterior nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses.”

**A** presidenta negou ainda qualquer negociação nos bastidores com Cunha. “Jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do

meu país, bloqueiam a Justiça ou ofendem os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública.”

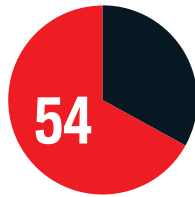
A “barganha” mencionada por Dilma é uma história um tanto quanto complexa. No Congresso, restam poucas dúvidas sobre o esforço do Palácio do Planalto em persuadir os três deputados petistas no Conselho de Ética a votar a favor de Cunha e assim evitar a abertura da porteira do *impeachment*. Uma versão alimentada pelo prolongado silêncio do governo em relação à situação do peemedebista.

**5** No plenário, o processo de *impeachment* será aberto se **DOIS TERÇOS (342) DOS 513 DEPUTADOS** votarem a favor



**6** Aberto o processo de *impeachment*, a presidenta é obrigada a se afastar por até **180 dias** e o processo segue para julgamento no Senado

**7** No Senado, a sessão que decidirá sobre o *impeachment* será presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O *impeachment* só será aprovado se **DOIS TERÇOS (54) DOS 81 SENADORES** votarem a favor



**8** Se **absolvida** no Senado, a presidenta reassume o mandato imediatamente; se **condenada**, é automaticamente destituída, e o vice-presidente é empossado



## REPORTAGEM DE CAPA

Até no próprio PT, inicialmente, apareceram advogados da causa de Cunha. A avaliação era a mesma: salvar o presidente da Câmara significava evitar o incômodo do processo de *impeachment*. Entre os defensores dessa tese estava o deputado paulista José Mentor. Os ministros Wagner e Berzoini preocupavam-se com a hipótese de um confronto aberto com o peemedebista paralisar o Congresso e impedir a votação da mudança na meta fiscal deste ano. Sem a alteração no índice, aprovada com folga na quarta-feira 2, aumentaria o risco de Dilma ser deposta por crime de responsabilidade.

**N**o dia seguinte ao pronunciamento da presidenta, o peemedebista continuou no ataque. “A barganha veio, sim, veio proposta pelo governo e eu recusei.” Segundo Cunha, André Moura, líder do PSC, seu aliado e réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção, teria se reunido com Wagner e Dilma para tratar do assunto. O ministro negou veementemente: “Quem mentiu foi ele. Nunca conversei com André Moura sobre o arquivamento ou não do processo de *impeachment*”. Pior para Cunha. Em um momento de sinceridade, Moura confirmou a versão de Wagner.

O sonho do presidente da Câmara de encontrar cumplicidade no PT acabou pela intervenção de parte da bancada do partido na Câmara e do presidente da legenda, Rui Falcão. A bancada preparou um manifesto anti-Cunha assinado pela maioria, e em seguida organizou uma reunião na qual decidiu obrigar seus integrantes a votar pela continuidade das investigações contra o peemedebista. Pelo Twitter, Falcão afirmou confiar na posição dos representantes da legenda no Conselho de Ética. No meio do tiroteio, o petista José Geraldo, do Pará, desabafou em pleno Salão Verde da Câmara. Afirmou que o governo era vítima de uma “chantagem” de Cunha e que não queria ser responsabilizado pela abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma.

Entre encontros e desencontros, prevaleceu no PT a ideia de que enfrentar Cunha seria uma oportunidade de, quem sabe, recuperar a imagem do partido, dilacerada por acusações de corrupção, e dar um rumo ao governo Dilma, por ora perdido política e economicamente. “Votar com ele seria um suicídio político, um abraço de afogados. Agora vamos salvar os dois, o PT e o governo”, avalia o deputado Paulo Teixeira, um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Na oposição, sorrisos amarelos. Por meses, o PSDB e seus aliados fizeram vista grossa às estripulias de Cunha enquanto torciam para ele detonar o processo de *impeachment*. Quando finalmente os desejos oposicionistas se concretizaram, a situação de Cunha havia se tornado moral e politicamente indefensável, em um grau capaz de contaminar a iniciativa tão sonhada. Segundo a mais recente pesquisa



Temer, por enquanto, mantém a expressão de esfinge, embora tenha prometido atuar na defesa do mandato de Dilma Rousseff

## TEM JEITO DE GOLPE

### Lavenère define a decisão de Cunha



A situação de Dilma é completamente distinta daquela de Collor, define o jurista que assinou o pedido de impedimento do ex-presidente

**H**á 23 anos, o advogado Marcello Lavenère, em companhia do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, assinou o pedido de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Hoje, acompanha com apreensão o turbulento cenário político. Para ele, a situação de Dilma Rousseff é “radicalmente distinta” daquela vivenciada por Collor, sobre o qual pesavam gravíssimas e comprovadas denúncias de envolvimento direto no esquema de corrupção operado por PC Farias, seu tesoureiro.

Lavenère qualifica a peça apresentada pelos juristas



Aécio Neves e FHC: o PSDB não tem motivos para gargalhar. O pedido de *impeachment* talvez não tenha chegado em boa hora



O ministro Jaques Wagner resumiu o sentimento do Palácio do Planalto: "Não dá mais para suportar a chantagem"

Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior como inepta, desprovida de sustentação jurídica. Nesta entrevista a Rodrigo Martins, alerta: "Existe o risco de um golpe institucional".

**CartaCapital:** É possível comparar o cenário atual com aquele de 1992, quando Fernando Collor sofreu o processo de *impeachment*?

**Marcello Lavenère:** De forma alguma. Trata-se de uma situação radicalmente distinta. Naquela ocasião, tudo começou com uma denúncia do irmão de Collor, que acusou o presidente de receber propina, de ter uma conta pessoal abastecida com recursos ilícitos arregimentados por PC Farias, tesoureiro de sua campanha. Eram denúncias gravíssimas, mas isso não foi suficiente para iniciar o processo de *impeachment*. Antes, criou-se uma CPI mista, composta de deputados e

senadores, que se debruçaram sobre o caso por meses. A investigação comprovou as denúncias de Pedro Collor e acrescentou provas robustas de envolvimento direto do presidente com o esquema de corrupção. O relatório do senador Amir Lando acabou aprovado por aclamação. Apenas depois de todo esse processo, com a garantia do direito de defesa, o então presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, acolheu o pedido de *impeachment* que eu, pela OAB, e Barbosa Lima Sobrinho, pela Associação Brasileira de Imprensa, apresentamos.

**CC:** E no caso de Dilma Rousseff?

**ML:** Não há nada. Precisamos deixar claro um ponto: pedala fiscal não passa de uma irregularidade contábil, diz respeito à forma como as despesas do governo devem ou não

ser apresentadas. Não houve dano ao Erário, tampouco apropriação indébita de recursos. Não há crime de responsabilidade, trata-se de uma peça inepta. Qualquer jurista sério, que não esteja movido por interesses político-partidários, reconhece isso. Além disso, as investigações da Operação Lava Jato não indicaram o mais pálido sinal de benefício pessoal ou envolvimento direto da presidenta no escândalo de corrupção da Petrobras. Pior, o processo foi deflagrado por Eduardo Cunha, sobre o qual realmente pesam graves denúncias. Vários delatores o identificaram como beneficiário de propinas, sem falar das suas contas secretas na Suíça. À frente da Câmara dos Deputados, ele passou meses a chantagear o governo e a oposição com o poder de acolher ou rejeitar pedidos

de *impeachment*. Não tem idoneidade moral.

**CC:** Qual é o risco que o senhor identifica nesse processo?

**ML:** Existe o risco de um golpe institucional. Não há base jurídica para o *impeachment*, e o açoitamento do meio político é enorme. Os parlamentares nem sequer chegaram a avaliar as contas de 2014. Há um parecer do Tribunal de Contas da União pela rejeição, mas devemos lembrar que ele é um órgão de assessoramento do Legislativo, a quem cabe a palavra final. Muitos podem não confiar mais na presidenta, achar que a crise econômica é grave, que o País está ingovernável, mas insisto: isso não é justificativa para derrubar um representante eleito pelo voto popular. E a Dilma não cometeu um ato de improbidade administrativa.

UESLEI MARCELINO/REUTERS/LATINSTOCK, SÉRGIO LIMA/FOLHAPRESS, VALTER CAMPANA/TOIABR E JEFFERSON RUDY



## REPORTAGEM DE CAPA

do instituto Datafolha, o “Fora Cunha” é um sentimento maior do que o “Fora Dilma”: 81% a 65%. Diante do que considerou “uma clara retaliação à perspectiva de derrota no Conselho de Ética”, o líder da Rede Sustentabilidade na Câmara, Alessandro Molon, voltou a solicitar ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, medidas para afastar Cunha do comando da Câmara.

**O**s tucanos comemoraram, mas ainda não se entenderam sobre a estratégia mais conveniente. Nas primeiras horas, queriam apressar a tramitação do processo e defendiam o encurtamento do recesso parlamentar. Ao se defrontarem com a repercussão da decisão de Cunha e fazer os cálculos do apoio real no Congresso, deram sinais de recuo. A oposição estuda agora formas de prolongar a agonia da presidenta e dar tempo para que os movimentos pró-*impeachment* mostrem alguma força nas ruas. O líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio, outrora defensor do “benefício da dúvida” no caso de Cunha, subiu à tribuna e festejou a “histórica decisão” do peemedebista. Sondado sobre a possibilidade de o tucano mudar de ideia no Conselho de Ética e salvar o peemedebista, Sampaio torceu o nariz, em princípio. O senador Aécio Neves disse que o pedido formulado por Bicudo e Reale Jr. é consistente. E mira o futuro: “Há um sentimento na sociedade brasileira para iniciarmos um novo momento no País de retomada da confiança, de retomada dos investimentos, do crescimento e do emprego”.

No Palácio do Planalto e entre muitos deputados petistas, o confronto aberto, sem subterfúgios, foi recebido com certo alívio. Desde a eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro, quando tentou impedir a vitória de Cunha, o governo temia o risco de se tornar refém do deputado, notório antipetista. A ameaça do *impeachment* começou naquele momento. Daqui para a frente, todas as cartas estão na mesa. E há prazo. Em poucas semanas



ou meses haverá um vencedor, qualquer que seja. De acordo com Cláudio Couto, cientista político da Fundação Getúlio Vargas, ao aceitar o confronto o governo se vê diante de dupla oportunidade: livrar-se de um chantagista e encerrar o infundável terceiro turno que se arrasta desde o fim da eleição de outubro de 2014. “Se o *impeachment* for derrotado no Congresso, restarão poucas opções à oposição para derrubar a presidenta.”

Ao contrário da oposição, os governistas têm pressa para liquidar a contenda tanto no Judiciário quanto no Congresso. O ideal, acreditam, seria resolver o assunto ainda neste ano, para não dar chance de eventuais protestos influenciarem os humores no STF e dos parlamentares. Um dia após a decisão de Cunha, deputados do PT e do PCdoB ingressaram no Supremo com ações para tentar derrubar a abertura do *impeachment*. Em um dos mandados de segurança alegam que o processo foi aberto por perseguição política e atende aos interesses individuais do presidente da Câmara. Apontam ainda a falta de

oportunidade para a defesa prévia da presidenta. Os governistas estavam otimistas, pois dias atrás o tribunal determinara uma medida dura contra o Congresso, a prisão do senador Delcídio do Amaral.

Na Câmara, o plano da base aliada é dominar a comissão especial que examinará o *impeachment* e encerrar o assunto rapidamente, quem sabe antes de 2016, mesmo se for preciso cancelar o recesso parlamentar, previsto para começar daqui a duas semanas. Algumas vitórias recentes e marcantes na Casa animam o governo quanto às possibilidades de êxito dessa estratégia, entre elas, a manutenção do veto presidencial ao reajuste do Judiciário e a mudança na meta fiscal de 2015. Por outro lado, na noite da quinta-feira 3, Cunha tentava impedir que o PMDB indicasse apenas parlamentares fiéis ao governo.

A comissão especial será composta de acordo com a proporção da bancada dos partidos. O grupo de 66 parlamentares vai examinar o pedido e decidir se há fundamento na denúncia. Se entender que sim, o voto da maioria basta para

EVARISTO SA/AFPE NELSON JR./STF



**O PSDB quer prolongar o processo para tentar mobilizar a rua a favor da queda da presidenta. O governo deseja apressar o debate**

**Caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre a constitucionalidade da decisão do presidente da Câmara**



enviar a peça para julgamento no plenário. Para dar continuidade, seriam necessários os votos de dois terços, ou 342 deputados. Na deposição de Fernando Collor, o trâmite durou menos de um mês. Na hipótese de a Câmara ser favorável à continuidade do caso, Dilma seria afastada por 180 dias do cargo e acabaria julgada pelo Senado em uma sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Como na Câmara, dois terços dos senadores, 54 de 81, precisariam votar a favor do *impeachment* para destituí-la de vez. Nos Estados Unidos, Bill Clinton enfrentou um processo de impedimento em 1999. Foi absolvido pelo Senado.

Na denúncia de Bicudo e Reale Jr., Dilma é acusada de assinar decretos em julho que autorizaram gastos de 2,5 bilhões de reais em julho. Naquele momento, o governo antevia a possibilidade de fechar o ano sem dinheiro, razão para ter mandado ao Congresso, no mesmo mês, a mudança recém-aprovada da meta fiscal. Para o jurista Fábio Konder

Comparato, não faz sentido apontar crime de responsabilidade sem que o ano fiscal tenha se encerrado. “O exercício de 2015 só será analisado pelo Congresso a partir de 2016. Não há nenhum fundamento legal ou constitucional para solicitar o impedimento.” O líder do PMDB, partido de Cunha, também vê problemas na argumentação. “Acho que não preenche os requisitos constitucionais”, afirma Leonardo Picciani. “A tendência majoritária do meu partido é contrária ao *impeachment*.”

**A**o declarar guerra, Cunha tenta bagunçar o cenário político de tal forma que ele mesmo possa sair de cena e, quem sabe, escapar da guilhotina. Em documentos apreendidos pela força-tarefa da Lava Jato que estavam em posse de Diogo Ferreira, chefe de gabinete do senador Delcídio do Amaral, consta a anotação do pagamento de 45 milhões de reais do BTG de André Esteves ao presidente da Câmara em troca da aprovação da MP 608, que versava sobre massas falidas bancárias. Segundo o Ministério Público, o favor ocorreu em 2013. A anotação veio à tona após Janot pedir com sucesso ao STF, no sábado 28, que Esteves permanecesse

preso por tempo indeterminado. A revelação do pagamento deve resultar em outro processo contra o peemedebista. O deputado nega ter recebido o dinheiro e novamente se declarou vítima de uma armação.

Dias depois, Cunha viveu outro embaraço. O jornal *O Globo* revelou uma troca de e-mails do deputado com dirigentes do BTG Pactual, nas quais o banco o orienta a alterar trechos de outra Medida Provisória de interesse da instituição, a 627, que regula a tributação de empresas no exterior. O parlamentar era o relator da MP e confirma os diálogos, mas garante ter se consultado com “várias associações e instituições do setor” em busca de sugestões.

No meio do vendaval, o presidente da Câmara percebeu a dificuldade de se livrar de um processo no Conselho de Ética. O quanto pôde, manobrou para adiar as sessões, enquanto tentava negociar sua salvação com governistas e oposicionistas. Sem alternativa, optou pela jogada mais arriscada, lançar de vez o País no abismo político. O aumento da incerteza e suas consequências sobre a economia talvez façam muitas vítimas no meio empresarial e entre trabalhadores. Parece pouco provável, no entanto, que Cunha não esteja entre elas. •

